

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACAJU
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo nº 53.615/2026

1. OBJETO

1.1 Contratação, sob a forma de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, visando à aquisição de celulares (tipo IOS e Android), carregadores portáteis, microfone e bebedouros, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho - FUNDAT, com a finalidade de atender às necessidades estruturais e operacionais das unidades administrativas e pedagógicas da instituição.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme art. 43 do Decreto Municipal nº 7178/2023, enquadrando-se em bens de consumo permanente, conforme art. 5º, §1º do Decreto Municipal 7.177/2023.

1.3 Natureza do objeto: nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, trata-se de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem objetivamente ser definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. Destacando-se, ainda serem materiais permanentes, com durabilidade superior a 2 anos, não perdendo suas identidades físicas com a utilização, integrando, assim, ao patrimônio.

Vale destacar ainda que o celular com sistema IOS não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. Critério de julgamento: será o de menor preço

1.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

1.6. Modo de disputa: Aberto.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A presente demanda decorre da necessidade de aparelhamento e modernização das atividades administrativas e operacionais desenvolvidas pela Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (FUNDAT), visando assegurar melhores condições de trabalho aos servidores e maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

A contratação encontra alinhamento com os objetivos institucionais de aprimoramento da infraestrutura administrativa, fortalecimento da comunicação institucional e melhoria das condições de atendimento ao público e execução das atividades finalísticas do órgão.

A presente aquisição encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA do exercício vigente, em consonância com o planejamento institucional da Administração. A contratação justifica-se diante das necessidades administrativas e operacionais da FUNDAT, considerando a crescente demanda por comunicação institucional ágil, suporte às atividades externas e utilização de ferramentas digitais indispensáveis à execução dos serviços públicos, para assegurar melhores condições de conforto, hidratação e bem-estar aos servidores, alunos, colaboradores e demais usuários desses espaços, e, por último, para atender às necessidades da Assessoria de Comunicação e Marketing (ASCOM).

Esta solicitação tem por finalidade justificar a aquisição de equipamentos destinados à estruturação e aparelhamento de ambientes voltados para atender às necessidades estruturais e operacionais do setor de comunicação, bem como das unidades administrativas e pedagógicas da Fundação, conforme especificações constantes no processo administrativo nº M 53.615/2026.

A aquisição dos equipamentos, tais como celulares (do tipo android e IOS), carregadores portáteis, microfones e bebedouros reforça a necessidade de garantir a eficiência, economicidade e continuidade dos serviços prestados à população. Esses bens asseguram a comunicação institucional, a mobilidade das equipes de campo, a qualidade do ambiente de trabalho dos servidores, garante água fresca para os cidadãos que aguardam atendimento nas repartições públicas, melhorando a imagem e a acessibilidade do órgão. Bem como devemos destacar que a administração pública tem o dever legal de fornecer condições adequadas de trabalho, o que inclui o fornecimento de água potável de forma contínua e higiênica, sendo assim abaixo seguem as justificativas de cada equipamento:

1. Os **aparelhos celulares (sistema android)** serão utilizados para comunicação funcional entre equipes, gestores e unidades administrativas; atendimento institucional por meio de aplicativos de mensagens, chamadas e plataformas digitais; apoio às atividades externas, visitas técnicas e acompanhamento de ações institucionais; acesso remoto a sistemas administrativos e ferramentas corporativas; registro fotográfico de atividades, eventos e ações promovidas pela Fundação; melhoria na eficiência operacional e na continuidade dos serviços públicos prestados.

2. Os **aparelhos celulares (sistema IOS)** para atender as necessidades da ASCOM trazendo os seguintes benefícios:

2.1. Segurança e integridade dos dados: o sistema iOS é reconhecido globalmente por seu robusto arcabouço de segurança, que se manifesta em diversas camadas, desde o hardware até o software. A arquitetura fechada e o controle rigoroso sobre o ecossistema de aplicativos (App Store) minimizam significativamente a exposição a malwares e vulnerabilidades. Recursos como a criptografia de ponta a ponta, atualizações de segurança frequentes e o suporte de longo prazo para versões mais antigas do sistema operacional garantem um nível avançado de proteção para informações sensíveis e comunicações oficiais ;

2.2. Estabilidade e desempenho: A otimização do hardware e software no ecossistema Apple resulta em uma estabilidade e desempenho superiores. O iOS é conhecido por sua fluidez, responsividade e capacidade de executar aplicativos exigentes

sem travamentos ou lentidão. Para atividades que demandam produção de conteúdo multimídia, áudio, fotos e vídeo, além do uso intensivo de aplicativos de comunicação e gestão, a estabilidade do sistema é crucial para evitar interrupções e garantir a eficiência operacional. A menor incidência de falhas e a maior longevidade dos dispositivos iOS contribuem para uma experiência de uso mais produtiva e confiável, minimizando o tempo de inatividade e a necessidade de suporte técnico.

2.3. Integração coesa entre hardware, software e serviços: facilita a produção e edição de conteúdo, bem como a comunicação institucional. A compatibilidade com uma vasta gama de aplicativos profissionais para edição de vídeo, fotografia e gestão de redes sociais, muitos dos quais otimizados para o desempenho do iOS, permite que o órgão utilize o aparelho de forma mais eficaz na divulgação de suas ações e na interação com o público.

2.4. Maior durabilidade e um menor índice de depreciação em comparação com dispositivos de outras plataformas: a qualidade dos materiais, o suporte de software prolongado e a robustez do sistema contribuem para uma vida útil tecnológica estendida. Isso se traduz em uma vantagem econômica a longo prazo para a administração, pois reduz a frequência de substituição dos equipamentos e, em caso de necessidade de descarte, o valor residual do aparelho IOS tende a ser significativamente maior, otimizando o investimento público.

3. Os **carregadores portáteis** destinam-se a garantir autonomia energética aos dispositivos móveis utilizados em campo, evitando interrupções na comunicação institucional durante deslocamentos e atividades externas. Em eventos externos, por exemplo, é comum que mais de um equipamento (celulares, câmeras) necessite de recarga. A disponibilidade de dois carregadores permite que dois dispositivos sejam carregados por diferentes equipes simultaneamente evitando a interrupção das atividades ou até mesmo com equipes em diferentes locais, maximizando a eficiência operacional e minimizando riscos de falha por falta de energia.

4. Os **microfones de lapela** justifica-se pela versatilidade e pela necessidade de cobertura em diversas situações de comunicação. Com dois microfones, é possível realizar entrevistas com dois interlocutores simultaneamente e com diferentes equipes, o que é comum em reportagens, gravar vídeos ou debates, além de não comprometer a continuidade da produção de áudio caso um dos microfones apresente falha ou necessite de manutenção. Essa abordagem minimiza o risco de interrupção de atividades importantes e assegura a qualidade do áudio em todas as produções do órgão, contribuindo para melhor comunicação e acessibilidade.

5. Os **bebedouros** têm por finalidade proporcionar melhores condições de trabalho, conforto e bem-estar aos servidores, colaboradores e usuários dos serviços públicos, assegurando acesso contínuo à água potável em conformidade com normas de saúde e segurança.

Salienta-se que os recursos financeiros destinados à presente aquisição são próprios da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, oriundos de sua programação orçamentária institucional, com finalidade específica voltada ao fortalecimento da infraestrutura e à ampliação da capacidade de atendimento dos programas de formação

profissional. Assim, sua correta aplicação atende aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público, assegurando a adequada execução do objeto pactuado e o uso responsável dos recursos vinculados às ações finalísticas da Fundação.

A disponibilização dos referidos equipamentos permitirá melhorar as condições operacionais e logísticas das atividades institucionais desenvolvidas pela Fundação, e que são essenciais ao pleno funcionamento das atividades finalísticas da instituição, inexistindo alternativa viável que dispense sua aquisição sem prejuízo à execução das ações previstas na programação anual da FUNDAT. A ausência desses insumos implicaria improvisação, riscos operacionais, limitação na capacidade de organização de eventos em larga escala e dificuldade em cumprir o cronograma de atividades previsto.

A solução escolhida consiste na aquisição de equipamentos novos, de primeiro uso, com especificações técnicas compatíveis com as necessidades institucionais e padrões atuais de mercado.

A opção pela aquisição, em vez de locação ou outras modalidades, fundamenta-se na análise de custo-benefício, considerando a natureza contínua da utilização dos equipamentos, a economicidade no longo prazo, a ausência de custos recorrentes mensais e a maior autonomia administrativa quanto ao uso dos bens.

Além disso, os itens pretendidos possuem vida útil prolongada, baixa complexidade de manutenção e ampla disponibilidade no mercado fornecedor, fatores que tornam a aquisição a solução mais vantajosa para a Administração Pública.

As especificações técnicas exigidas para os itens objeto da contratação observarão critérios usuais de mercado, compatíveis com as necessidades administrativas do órgão, sem restrições indevidas à competitividade.

Eventuais exigências específicas terão caráter estritamente funcional e operacional, visando assegurar padrões mínimos de qualidade, durabilidade, compatibilidade tecnológica, eficiência energética, segurança e desempenho dos equipamentos.

Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns permanentes, de entrega direta pelo fornecedor contratado, sem complexidade técnica que justifique a transferência da execução a terceiros.

A vedação à subcontratação busca assegurar maior controle administrativo sobre a execução contratual, garantia da qualidade dos produtos fornecidos e responsabilização direta da contratada perante a Administração.

Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, tendo em vista que os itens pretendidos são bens comuns amplamente disponíveis no mercado, não havendo complexidade técnica ou risco contratual que justifique tal exigência.

A eventual exigência desse documento poderia restringir indevidamente a competitividade do certame, em afronta aos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

Diante do exposto, justifica-se a presente aquisição por sua relevância administrativa, pedagógica e social, bem como pela necessidade de garantir a adequada execução dos recursos próprios da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, assegurando o fortalecimento da infraestrutura institucional e o sucesso das ações voltadas à qualificação profissional e à inclusão produtiva. Destacando-se, por fim, ser contratação por dispensa de licitação em razão do valor, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei 14.133/2021.

3. MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Especificação	COCMAT	Unidade de medida	Quant.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	Aparelho Telefônico Celular Modelo: Iphone 16 Pro Max, Peso: 227G, Comprimento: 163MM, Largura: 77,6MM, Espessura: 8,25MM, Cor: Titânio Preto, Display: Oled Sem Bordas De 6,9 Polegadas, Resolução 2868 XCM, Capacidade Bateria: 5.000MAH	625691	UND	1	9.831,45	9.831,45
02	Carregador Bateria Tipo: Portátil, Velocidade Carga: Rápida, Aplicação: Equipamentos Eletrônicos Em Geral, Tipo Bateria: Li-Ion, Tensão Saída: 12V, Corrente Saída: 3A, Potência: 100W, Acessórios: Cabo De Força, Tensão Bateria: 12V, Capacidade	636371	UND	2	258,11	258,11

Assinado por 1 pessoa: SHEYLA PINHEIRO MENDONÇA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5155-AB5B-0CB7-3C38> e informe o código 5155-AB5B-0CB7-3C38



	Bateria: 60.000MAH, Uso: Recarga De Equipamentos Eletrônicos Em Geral, Conexão: Usb					
03	Microfone Tipo: Lapela Sem Fio, Alimentação: Bateria Recarregável, Resposta Frequência: 20 Hz, Características Adicionais: Duplo Para 2 Pessoas, Luz Indicadora De Funcioname, Aplicação: Sonorização, Padrão: Omnidirecional, Acessórios: Clip, Cabo De Carregamento Usb-C, Sensibilidade: 110DB, Material: Corpo Em Plástico, Cor: Preta, Referência Fabricante: HI-Lark M2 Combo	637244	UND	2	1.133,45	2.266,90
04	Celular do tipo Android: Memória interna: 256GB Memória RAM: 8GB Rede móvel: 5G Processador: Snapdragon 8 Gen 2 – 3.2GHz Tela: 6,1” Câmera traseira: 50MP Bateria: 3900mAh	57791	UND	4	2.138,65	8.554,60
05	BEBEDOURO 02	88310	UND	12	1.819,50	21.834,00

Assinado por 1 pessoa: SHEYLA PINHEIRO MENDONÇA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5155-AB5B-0CB7-3C38> e informe o código 5155-AB5B-0CB7-3C38

	TORNEIRAS INDUSTRIAL DE INOX 25 L, 127V, 25 LITROS CAPACIDADE 80 PESSOAS REGULAGEM DETEMPERATURA TODO EM AÇO INOX INDICAÇÕES: USO INDUSTRIAL E COMERCIAL					
VALOR TOTAL DO LOTE						43.003,17

3.1. Para participar do grupo o fornecedor deverá **cotar todos os itens**.

3.2. Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Termo de Referência, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação.

3.2.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

3.2.2. A obtenção do benefício a que se refere o item 3.2 fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte, aos microempreendedores individuais e às cooperativas que, no ano-calendário de realização do processo de contratação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.3. Todos os itens são destinados à ampla participação entre os interessados;

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Visando à aquisição de aparelhos celulares, carregadores portáteis, microfones e bebedouros, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência (no item 3: MODELO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS) com a finalidade de atender às necessidades estruturais e operacionais das unidades administrativas e pedagógicas da instituição.

Destaca-se que são materiais permanentes, com durabilidade superior a 2 anos, não perdendo suas identidades físicas com a utilização, integrando, assim, ao patrimônio.

4.2. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.2.1. A contratada deverá observar, sempre que aplicável, critérios de sustentabilidade ambiental, tais como: fornecimento de equipamentos com eficiência energética compatível com as normas do INMETRO/Procel; utilização de materiais duráveis e recicláveis; redução do consumo de energia elétrica; garantia de assistência técnica autorizada no território nacional; disponibilidade de peças de reposição; e atendimento às normas ambientais vigentes relativas à fabricação, transporte e descarte de resíduos.

4.2.2. Os equipamentos e materiais que serão adquiridos deverão atender aos seguintes requisitos mínimos para o atendimento da necessidade:

- a. ser novos, de primeiro uso;
- b. possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, para todos os equipamentos fornecidos, contados a partir da data do recebimento definitivo, durante os quais deverá assegurar, sem ônus adicionais à Administração, a correção de eventuais defeitos de fabricação, desempenho ou funcionamento;;
- c. substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, qualquer item entregue com defeito de fabricação, falha técnica ou incompatibilidade com as especificações exigidas, mediante solicitação formal da Administração;
- d. atender integralmente às especificações técnicas e quantitativas constantes deste Termo de Referência;
- e. serem entregues no prazo estabelecido, no endereço indicado pela Administração, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes de transporte inadequado, vícios aparentes ou ocultos e divergências com as especificações contratadas, bem como devem estar instalados, testados e em perfeitas condições de funcionamento;
- f. possuir manual de instruções ou orientações de uso em língua portuguesa;
- g. apresentar certificações técnicas, selos de conformidade e registros de órgãos reguladores aplicáveis (INMETRO, ANVISA, ANEEL, etc.), quando exigidos pela legislação;
- h. ser compatíveis com uso institucional contínuo e intensivo, também em ambiente de eventos, feiras e solenidades, com resistência a condições climáticas externas, quando for o caso;
- i. assegurar assistência técnica e manutenção durante o prazo de garantia, com suporte técnico disponível em Aracaju/SE.

4.2.3. O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente, especialmente quando necessário para garantia, assistência técnica ou conclusão das obrigações pactuadas.

4.2.4. Não haverá indicação de marcas ou modelos específicos para os itens 02, 03, 04 e 05, sendo admitidas quaisquer marcas que atendam integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência, observados os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração. Entretanto, conforme justificativa em anexo é necessário a indicação de modelo específico para o item 1, pois visa assegurar a aquisição de aparelho celular com elevado desempenho, robustez e compatibilidade com recursos avançado de comunicação, armazenamento, segurança e conectividade, indispensáveis às atividades desenvolvidas pela ASCOM da FUNDAT.

4.3. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, *ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior*, contado a partir do encerramento da garantia legal, a qual se iniciará no primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.3.1. A garantia será prestada com vistas a manter o objeto em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para a Contratante.

4.3.2. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do objeto pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.3.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo objeto, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.3.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.3.5. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.

4.3.6. *O prazo indicado no item 4.3.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada durante seu transcurso, e aceita pela Contratante.*

4.3.7. *Na hipótese do subitem 4.3.5, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pela Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.*

4.3.8. *Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação da Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica a Contratante autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.*

4.3.9. *O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.*

4.3.10. *A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado da vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.*

4.4. *Não haverá exigência de garantia da contratação a que se refere o artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, em razão do baixo risco de inadimplência, por serem bens comuns fáceis de encontrar; pela economicidade, pois a exigência de garantia onera as empresas, o que faz com que esse custo extra seja repassado para o valor global da proposta, encarecendo a contratação pública; e, por último, pela ampliação da concorrência, sendo que a isenção dessa exigência pode estimular a participação de um número maior de empresas no certame, especialmente micro e pequenas empresas que poderiam ter dificuldades em arcar com apólices de seguro ou cauções.*

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Será selecionado o fornecedor que apresente proposta com **menor preço** para cada item, e que cumpra as exigências relativas ao objeto constantes neste Termo de Referência, bem como os critérios de habilitação elencados no Edital e neste Termo de Referência.

5.2. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal e de regularidade trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Edital.

5.3. Os **critérios de qualificação econômico-financeira** a serem atendidos pelo fornecedor são:

5.3.1. *Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor até 90 (noventa) dias antes da data de abertura da sessão;*

5.3.2. *Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, observado o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.420/2013 quanto à obrigatoriedade de utilização da Escrituração Contábil Digital - ECD;*

5.3.2.1. *Os documentos referidos no item 5.3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.*

5.3.2.2. *É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social. (vide Acórdão TCU nº 484-12-2007 – Plenário)*

5.3.2.3. *Caso o fornecedor seja classificado como cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

5.3.2.4. *No caso de Microempreendedor Individual – MEI, deverá ser apresentada Declaração Anual do Faturamento emitido pelo Portal do Empreendedor, no que couber.*

5.3.3. *Comprovação da boa situação financeira do fornecedor mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:*

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

5.3.3.1. Os fornecedores que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez

Corrente (LC), deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de R\$ 42.745,06 (quarenta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e seis centavos) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

5.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

5.4.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.4.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.4.4. *Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:*

5.4.4.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto no inciso XI do artigo 4º, inciso I do artigo 21, e §§ 2º a 6º do artigo 42 da Lei nº 5.764/1971;*

5.4.4.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

5.4.4.3. *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

5.4.4.4. *O registro previsto no art. 107 da Lei n. 5.764/1971; e*

5.4.4.5. *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.*

6. DA CONTRATAÇÃO:

Será firmado contrato o qual terá prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o período máximo de 24 (vinte e quatro) meses, na forma da Lei nº 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. Efetuar o pagamento à Contratada nas condições e preços pactuados;
- 7.2. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa entregar o objeto;
- 7.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 7.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.5. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou irregularidades observadas;
- 7.6. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos fornecidos em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.7. Notificar por escrito o preposto da Contratada da não aceitação do objeto, se for o caso, para que seja substituído, reparado ou corrigido, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e eventual rescisão contratual;
- 7.8. Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando necessário;
- 7.9 Não se responsabilizará por obrigações assumidas pela empresa vencedora com terceiros, mesmo que relacionadas à execução do fornecimento dos materiais, nem por quaisquer danos causados a terceiros resultantes de atos praticados pela empresa vencedora, seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1. Efetuar a entrega dos produtos, de acordo com as condições e prazos propostos, e demais especificações constantes neste Termo de Referência;
- 8.2. Arcar com as despesas para a entrega do objeto no local indicado, após a contratação;

8.3. Informar nas embalagens de transporte dos produtos, mediante etiqueta ou gravação na própria embalagem, os seguintes dados: n.º e data do contrato ou instrumento equivalente e o nome do fornecedor;

8.4. Corrigir, remover ou substituir, obrigatoriamente e às suas expensas, qualquer produto em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades, no mesmo prazo definido para entrega ou em prazo específico, caso tenha sido definido em cláusula própria deste Termo de Referência ou pelo fiscal do contrato;

8.5. Manter seus empregados, quando nas dependências da Contratante, devidamente identificados com crachá subscrito pela Contratada;

8.6. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.7. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

8.8. Designar formalmente o preposto da empresa para atuar junto à Contratante durante a execução contratual;

8.9. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante, bem como dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto desta contratação;

8.10. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Contratante, no tocante ao fornecimento do objeto;

8.11. Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgados necessários para o recebimento de correspondência;

8.12. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, observado o disposto no artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, servindo como base de cálculo para as alterações os preços unitários constantes na proposta vencedora;

8.13. Indenizar terceiros, bem como a Contratante, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a Contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.14. Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à Contratada pela Contratante, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato;

8.15. Autorizar a Contratante a descontar o valor correspondente a danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, ou da garantia contratual, se houver, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa;

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. Entrega e critérios de aceitação do objeto

9.1.1. O prazo de entrega dos bens é de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no seguinte endereço Rua João Pessoa, 127 – Centro, Aracaju – SE, CEP 49010-130. Nesse ato, o fornecedor deverá apresentar nota fiscal devidamente emitida, documentação de garantia e os manuais de instruções em língua portuguesa dos equipamentos adquiridos.

9.1.1.1. O prazo de entrega poderá ser prorrogado mediante solicitação formal do fornecedor com a justificativa, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado e aceito pelo órgão contratante, ressalvadas situações de caso fortuito e de força maior, as quais deverão ser imediatamente comunicadas e comprovadas documentalmente.

9.1.2 A aceitação dos itens adquiridos ocorrerá mediante vistoria física realizada pela equipe técnica da Fundação Municipal de Formação para o Trabalho (FUNDAT), verificando-se: conformidade com as especificações técnicas, perfeitas condições de funcionamento, ausência de avarias, presença de certificações e garantias exigidas e adequação dos acessórios e materiais de apoio.

9.1.3. Em caso de recusa na aceitação dos itens adquiridos por não conformidade com as especificações ou vícios aparentes, o fornecedor terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para providenciar a substituição ou correção do objeto, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento.

9.1.4. A aceitação provisória dos itens adquiridos implicará sua liberação para uso imediato, permanecendo a responsabilidade do fornecedor pelos eventuais vícios ocultos e defeitos de fabricação, nos termos da garantia contratual e da legislação aplicável.

9.1.5. A entrega dos itens no local indicado pela Contratante é de responsabilidade da Contratada, devendo possuir pessoal habilitado para executar a logística necessária.

9.2. Da subcontratação

9.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias através de termo de apostilamento ao contrato.

10.3. A Contratante exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução objeto contratado, por meio de gestor e fiscal integrantes do COAUX/DIRAF/FUNDAT a serem oportunamente designados, nos termos do artigo 20 do Decreto Municipal nº 7.177/2023 e dos artigos 69 a 86 da Instrução Normativa Conjunta PGM/CGM/SEPLOG nº 002/2023.

10.3.1. O fiscal designado acompanhará e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.3.2. O fiscal designado informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas necessárias, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

10.3.3. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual, na forma dos artigos 74 e 75 do Decreto Municipal nº 7.177/2023, e dos artigos 316 e 317 do Decreto Municipal nº 7.178/2023, conforme o caso.

10.3.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o artigo 120 da Lei nº 14.133/2021.

10.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.4.1. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item 10.5 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.5.2. O aceite ou aprovação do(s) produto(s) pela Administração Pública, na forma do § 2º do artigo 140 da Lei nº 14.133/2021, não exclui a responsabilidade civil do(s) contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no artigo 18 da Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

11. PAGAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Do pagamento

11.1.1. Deverá ser realizada a liquidação da despesa no prazo de até 10 (dez) dias, com o posterior pagamento por meio de cartão de pagamento ou crédito em conta bancária de titularidade da Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente certificada pelo fiscal do contrato, responsável pelo recebimento do objeto.

11.1.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.1.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida em conformidade com as unidades de medida indicadas no item 3 deste Termo de Referência.

11.1.3. O aceite da execução do objeto será feito mediante o devido atesto da Nota Fiscal ou Fatura, correspondendo tão somente ao objeto contratado e efetivamente recebido.

11.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento;

11.1.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.1.5.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.1.6. Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, o(a) contratado(a) deverá, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei nº. 14.133/2021, apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

11.1.7. Não haverá pagamento antecipado.

11.1.8. No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE.

11.1.8.1. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.2. Do Equilíbrio Econômico-Financeiro

11.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no período de um ano contado da data do orçamento estimado, realizado em 15/05/2026.

11.2.2. Após o interregno de um ano, os preços contratados serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as

obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, e o prazo para resposta ao pedido de reajuste será de até 30 dias.

11.2.1.1. O pedido de reajuste deverá ser formulado pela contratada, sob pena de preclusão, antes de eventual prorrogação nos termos do inciso I, do § 4º do artigo 92 da Lei nº 14.133/2021.

11.2.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.2.1.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

11.2.1.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.2.1.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.2.3. Os reajustes de preço serão formalizados por meio de apostilamento, de acordo com o disposto no artigo 136 da Lei nº 14.131/2021.

11.2.4. A Contratante ou a Contratada podem solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, quando verificado fato imprevisível ocorrido após a apresentação da proposta, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;*
- b) o evento não ocorra por culpa da Contratada;*
- c) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da Contratada e a retribuição da Contratante;*
- d) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da Contratada;*
- e) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.*

12. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O valor estimado da contratação é de R\$ **42.745,06** (quarenta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e seis centavos)

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas com o pagamento do referido objeto correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Aracaju, atendido pela dotação orçamentária abaixo especificada:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	PROJETO OU ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	FONTE DE RECURSO
30201	11.122.0213	2022	44905200	15000000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante termo de apostilamento ao contrato.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Edital, consoante gradação da penalidade de multa compensatória discriminada a seguir:

- a) Multa de mora de 0,3% por dia sobre o valor do item em atraso, limitada a 15% do valor do item, sem prejuízo das demais sanções. Em caso de atraso superior a 15 (quinze) dias, poderá a Administração, a seu critério, declarar a inexecução contratual;
- b) Multa por inexecução parcial de 5% sobre valor total do contrato;
- c) Multa por inexecução total de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) Multa por não entrega de documentação exigida para o certame de 1% sobre o valor total do contrato;
- e) Multa por não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta total de 1%;
- f) Multa por ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado de 0,5% sobre o valor total do contrato;

g) Multa por apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato total de 10% sobre o valor total do contrato;

h) Multa por fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato de 15% sobre o valor total do contrato;

i) Multa por comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza de 15% sobre o valor total do contrato;

j) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

l) Multa por praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste termo de referência de 10% sobre o valor total do contrato;

k) Multa por praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 de 15% sobre o valor total do contrato.

Penalidades da empresa vencedora em face da LGPD:

O descumprimento das obrigações relativas ao tratamento de dados incidirá nas seguintes penalidades:

a) até 10% (dez por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de utilização dos dados pessoais para finalidade diversa daquela estabelecida para a execução contratual;

b) até 20% (vinte por cento) sobre o valor mensal do contrato, na hipótese de do compartilhamento não autorizado de dados pessoais com terceiros.

b.1) As penalidades previstas nas alíneas “a” e “b” serão aplicadas por ocorrência e, no caso de reincidência, serão aplicadas em dobro.

b.2) As penalidades previstas nas alíneas a e b não excluem a responsabilidade das empresas pela aplicação das sanções previstas no art.52 e o ressarcimento de danos, na forma prevista no § 4º do art. 42, ambos da LGPD.

Pela não manutenção da regularidade Fiscal e Trabalhista:

A regularidade fiscal e trabalhista deverá ser mantida durante a vigência da contratação, sob pena de aplicação de multa de 1% do valor da nota fiscal, cujo valor será retido dos créditos da empresa, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei



FUNDAT
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO



PREFEITURA
ARACAJU
UMA NOVA CIDADE

Sheyla Pinheiro Mendonça
Agente de Contratação
Matrícula - 750794





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5155-AB5B-0CB7-3C38

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SHEYLA PINHEIRO MENDONÇA (CPF 050.XXX.XXX-59) em 10/06/2026 16:18:50 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://aracaju.1doc.com.br/verificacao/5155-AB5B-0CB7-3C38>